

ACESSO DE ESTUDANTES DOS MEIOS POPULARES AO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DO CURSO PRÉ-VESTIBULAR UNIVERSIDADE PARA TODOS NO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

Erivan Coqueiro Sousa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
erivanconsultoria01@gmail.com

Claudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
claudionunesba@hotmail.com

Resumo: O presente artigo pretende compreender como o curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT) contribuiu para os jovens aracatuenses, sobretudo aqueles oriundos das camadas populares, adentrassem no espaço do Ensino Superior. Os estudantes egressos do Ensino Médio geralmente não conseguem vislumbrar perspectivas estudantis além da formação básica, ofertada no município. Ora, isso ocorre pelo fato de não existir uma política pública governamental que possibilite a preparação para o Processo Seletivo das instituições de Educação Superior, ora pelo fato de os pais não terem instrução para orientarem os filhos no sentido de prosseguirem os estudos. Assim, será discutido o percurso histórico de acesso ao nível superior, no Brasil, o perfil sócio-econômico-racial dos estudantes que participam do curso e como o UPT se insere no modelo dos cursos pré-vestibulares populares iniciados nos anos de 1990.

Palavras-chave: Ensino Superior. Estudantes. Pré-vestibular.

Introdução

Ao se fazer uma análise do acesso à formação em nível superior no Brasil é importante relembrar que, inicialmente, quando ainda não existiam universidades no país, as famílias mais abastadas financeiramente enviavam seus filhos para estudarem na Europa, mais especificamente na Universidade de Coimbra, cidade que era a capital da Coroa portuguesa.

Com vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e, em decorrência desse fato, a criação das primeiras universidades na Colônia, iniciou-se a oferta de curso superior no território nacional. Nesse contexto é necessário destacar que a oferta era muito reduzida e o acesso era limitado a poucos. Do mesmo modo é pertinente registrar que, por outro lado, a qualidade de pessoas interessadas em fazer curso superior era, igualmente, pequena. (PAIM, 1982).

Até 1910 o acesso a estas instituições era automático. Posteriormente, segundo Paim (1982), a criação dessas instituições isoladas para oferta do Ensino Superior, deu origem à necessidade de criação de exames preparatórios. Constata-se, a partir de 1911, a institucionalização do acesso a esse nível de ensino por meio de Decretos Federais. É, então, instituído o Exame de Admissão, por meio do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, que se baseava em prova escrita de várias disciplinas. Conforme aponta o trecho a seguir:

Esses exames consistiam em prova escrita sobre conhecimentos da língua vernácula e uma prova oral sobre leitura com interpretação do texto, conhecimento geral da língua francesa, de geografia e de história do Brasil, e toda a parte prática da aritmética elementar. (SANTOS, 2011, p. 2).

Posteriormente, em 1925, ocorre o estabelecimento de limite de vagas nas instituições, o que reforça ainda mais o caráter seletivo e também excludente do vestibular. Neste sentido, o ingresso na universidade torna-se mais difícil e os que conseguem realizá-lo são as pessoas das classes dominantes, enquanto os das classes periféricas, pelo baixo nível de estudo, não conseguem, ou pouquíssimos conseguem. Acrescenta-se, ainda, que as famílias que detêm maior capital financeiro investem em proporção maior na capacitação de seus filhos, ampliando as distâncias entre os grupos sociais, uma vez que:

[...] os alunos “bem nascidos”, que receberam da família um senso perspicaz do investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-lo em caso de incerteza, estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo, ou seja, nos bons ramos de ensino, nos bons estabelecimentos, nas boas seções, etc.; ao contrário, aqueles que são procedentes de famílias mais desprovidas e, em particular, os filhos de imigrantes, muitas vezes entregues completamente a si mesmos, desde o fim dos estudos primários, são obrigados a se submeter às injunções da instituição escolar ou ao acaso para encontrar seu caminho num universo cada vez mais complexo e são, assim, voltados a investir, na hora errada e no lugar errado, um capital cultural, no final de contas, extremamente reduzido. (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2003, p. 223).

Percebe-se, então, que os estudantes de classe social menos favorecida passam por um processo tardio de aprendizado, o qual é voluntário e consciente. Eles têm familiaridade demorada com a produção cultural, difundida na escola. Logo, os outros estudantes, que, desde o berço familiar, passaram por um processo precoce e insensível, adquirem familiaridade com a referida produção com mais rapidez e assim tendem a entender com mais facilidade a mesma. Estes filhos

das elites, têm uma tendência a apreciarem determinados produtos da cultura (livros, filmes, música) que corroboram com o êxito nos processos seletivos, por exemplo.

O acesso ao nível superior: realidade social e níveis de capital

Segundo afirma Zago (2006), em uma pesquisa realizada sobre o acesso ao nível superior, não há nada de “natural”, no que se refere chegar ao nível superior, haja vista que muitos estudantes, no ensino fundamental e até mesmo no médio, possuem baixo grau de informação sobre o vestibular e a formação universitária. Muitos desconhecem os cursos existentes, quais IES (Instituições de Ensino Superior) os ofertam e como é um processo seletivo, por exemplo. Ao adquirirem tais informações, seja de forma fragmentada ou em sua totalidade, emerge a questão do desânimo em prestar o vestibular, dada as condições de sua formação escolar. Por outro lado, existem aqueles que desejam melhores oportunidades no mercado de trabalho e optam por uma formação acadêmica. Porém, a escolha do curso recai sobre os menos concorridos, onde, provavelmente, terão mais chances de aprovação.

A situação anterior remete-nos à tese de Bourdieu (2003), ao ponderar que cada pessoa faria um investimento segundo sua herança cultural, isto é, o *habitus* familiar e de sua realidade social. Alguns, ricos em capital cultural tenderiam a investir na educação, entendendo-a como única forma de progressão social, econômica e cultural. Enquanto outros, mais vulneráveis socialmente, por assim dizer, provavelmente optariam por economizar o que ganha, fazer aplicação em uma poupança, no intuito de ter uma reserva para utilizar em um momento de doença, caso ocorra. Ou até mesmo para o funeral de alguém da família. Cada um investiria naquilo que vê que é possível alcançar, mais imediato ou tendo ambições maiores, em grandes feitos.

Os indivíduos iriam aprendendo desde cedo, na prática, que determinadas estratégias ou objetivos são possíveis ou mesmo desejáveis para alguém com sua posição social e que outros são inalcançáveis. Esse conhecimento prático iria, aos poucos, se incorporando e se transformando em disposições para a ação. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 45).

Para estes estudantes com menor capital cultural e menos recursos econômicos, o ingresso no Ensino Superior é uma “vitória”. Conseqüentemente, a permanência e finalização do curso,

constitui outra “vitória”. O custeio com os estudos advém de pequenas ajudas da família. E como residem em cidades distantes da terra natal, as despesas são maiores e as estratégias de manutenção no curso são variadas, concomitante a isso, Zago (2006), afirma que:

Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas. Com um ‘pé-de-meia’ para os primeiros tempos na universidade, os jovens dão início a seus estudos de nível superior sem ter certeza de até quando poderão manter sua condição de universitários. Para viabilizá-la, tentam obter uma renda mediante alguma forma de trabalho em tempo completo ou parcial. (ZAGO, 2006, p. 233).

Em relação ao trabalho, é importante entender a carga horária, a proximidade ou não com o curso, o resultado financeiro, dentre outras questões. Muitos estudantes conseguem um trabalho que diverge totalmente da sua área de formação e depositam o dia inteiro, isto é, quarenta horas semanais, em tal atividade. Isso afeta no tempo dos estudos, posto que restam poucas horas para tanto. Alguns estudantes conseguem um ofício mais flexível, com obrigatoriedade de exercer poucas horas semanais, como os que prestam serviços para a própria universidade, os que fazem estágio remunerado, tem bolsas de iniciação científica, monitoria de extensão ou ensino ou ainda prestam serviços como autônomos (bancas para alunos do ensino fundamental, atendimento na área de informática).

A própria escola, ao privilegiar os mais “espertos”, os que desde o nascimento tiveram contato com a cultura letrada e não respeitar as diferenças sociais dos estudantes, imprime uma exclusão social e, de maneira subliminar, uma violência simbólica sobre estes. Tal violência simbólica é um denominador comum prevalente para além da escola, pois procura-se impor uma cultura de um grupo como sendo a legítima, a verdadeira ou a única existente. Há quem deseje, por exemplo, impor o *modus vivendi* sulista, em contraposição ao nordestino; existem aqueles que amam o rock ou a MPB e, conseqüentemente, desprezam o sertanejo, taxando-o, vulgarmente, de “sertanejo”. Outros apreciam o cinema, o teatro e menosprezam uma apresentação de Terno de Reis ou de Candomblé. Na verdade:

Cada campo de produção simbólica seria, então, palco de disputas – entre dominantes e pretendentes – relativas aos critérios de classificação e hierarquização dos bens simbólicos produzidos e, indiretamente, das pessoas e instituições que as produzem. Da mesma forma, seria possível dizer que, no conjunto da sociedade, os agentes travam uma luta, mais ou menos explícita, em torno dos critérios de classificação cultural. Certos padrões culturais são considerados superiores e

outros inferiores: distingue-se entre alta e baixa cultura, entre religiosidade e superstição, entre conhecimento científico e crença popular, entre língua culta e fala popular. Os indivíduos e as instituições que representam as formas dominantes da cultura buscam manter sua posição privilegiada, apresentando seus bens culturais como naturalmente ou objetivamente superiores aos demais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 32-33).

E a cultura transmitida pela escola se “apresenta como legítima, objetiva e indiscutível, como ‘neutra’, portanto, dissimulando seu caráter arbitrário e sua natureza social” (VALLE, 2013, p. 423). Desta forma, as “chances de acessar ao Ensino Superior resultam de uma seleção que, ao longo do percurso escolar, se exerce com um rigor desigual segundo a origem social dos sujeitos” (BOURDIEU; PASSERON, 1985, p.12).

Logo, o público de origem social menos favorecida tende a alienar-se no trabalho, na rotina diária cansativa, que não permite estudar e conquistar novos campos de saber, campos culturais. Assim:

A posição social ocupada no campo do trabalho e as exigências de sobrevivência dominam o cotidiano desse grupo de agentes e os remetem a jogadas sociais, em grande parte bastante previsíveis, que dificilmente fomentam estratégias sociais com probabilidades de leva-los a deslocamentos ascensionais mais amplos. (BRANDÃO, 2013, p.233).

É importante destacar que determinados sujeitos conseguem reverter tal situação, superando o analfabetismo e alienação a que foram submetidos seus pais e seu grupo social, não aceitando o que foi imposto a eles. Eles utilizam da força de vontade própria e conseguem, por aprovação em seleções ou concursos, bolsas de estudo, auxílio transporte, empregos. Utilizam também do capital social que possuem. Capital este que se refere ao conjunto de relações sociais estabelecidas por tais sujeitos como amizades, laços de parentesco, contatos profissionais e beneficiam-se das mesmas para conseguir benefícios materiais, como uma bolsa de estudo, empréstimos de livros, uma banca, uma indicação de um emprego. Podem conseguir vantagens simbólicas, a exemplo de *status*, prestígio por permear círculos sociais dominantes.

Nestes dois casos, os sujeitos se dedicam mais afincamente aos estudos. Conseguem acumular mais informações e conhecimentos, seja através da leitura de livros, seja por meio de programas televisivos, jornais, documentários, acesso à internet, leitura de jornais e revistas.

Cursos pré-vestibulares populares e comunitários

Neste contexto, nota-se nos últimos anos, por parte das classes populares, reclamações e lutas em prol de maior oferta de vagas e condições de ingresso na universidade. Porém, havia o contraste da expansão do ensino privado, ao invés do público que iniciou sua expansão, na perspectiva da democratização popular, a partir dos anos 70, do século XX, e, principalmente, nos dias atuais.

Segundo as palavras de Tobias (1991), os cursinhos pré-vestibulares sociais e/ou populares, tanto por parte estatal, quanto social, nascem com os exames e são intensificados com este contexto contraditório do sistema educacional, com grandes desigualdades referentes ao acesso à Educação Superior, pois existia a necessidade dos candidatos se prepararem. A partir dos anos 1990, estes cursos são fortalecidos justamente com o intuito de contrapor esta realidade educacional excludente. Assim, Dourado, Catani e Oliveira (2004, p. 101-102), ponderam que:

A partir de meados dos anos 90, tornaram-se crescentes as ações e debates envolvendo a ampliação e a diversificação do sistema, evidenciados pela criação dos cursos seqüenciais e de alternativas ao vestibular aberto pela LDB (Lei n. 9.394/96); pelo novo programa de crédito educativo (FIES); pela pressão exercida por grupos historicamente excluídos do ensino superior – mediante movimentos de isenção da taxa de inscrição para o vestibular e da experiência dos cursos pré-vestibulares alternativos -; e ainda pela introdução do sistema de cotas para alunos negros e outros, oriundos de escolas públicas, como nova forma de acesso à educação superior.

Diante disso, percebe-se que é comum que muitos jovens façam o vestibular para a mesma área, duas, três ou mais vezes, até conseguir a aprovação. Alguns entendem que a primeira vez é um “teste”, um treinamento para se familiarizar com o processo (ZAGO, 2006). Depois entram em um curso pré-vestibular popular gratuito para irem apreendendo aquilo que sua formação escolar básica não deu conta.

Estes cursos, por sua vez, são diferenciados. Enquanto uns têm sua clientela formada só por estudantes advindos de escolas públicas, outros (privados) têm um público selecionado, que já tem, geralmente, suas carreiras escolhidas *a priori*. “A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e outros tickets de entrada” (ZAGO, 2006, p. 232).

Em uma pesquisa realizada por diversos estudiosos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), publicada em um livro, em 2008, os Cursos Pré-Vestibulares Comunitários (CPVCs) são requeridos tanto para dar conta de uma educação básica, quanto tem visão propedêutica, com vistas ao Ensino Superior. Os CPVCs se constituem em:

alternativa político-pedagógica conjuntural, enquanto as sociedades política e civil vão estruturalmente desenvolvendo estratégias e medidas adequadas para a conquista – ao longo de uma geração escolar agora iniciando a Educação Infantil – de uma efetiva democratização educacional qualitativa e quantitativa, em que as origens socioeconômicas de baixa renda, as características étnicas, as trajetórias escolares em sucateados estabelecimentos de ensino oficial, o não devido reconhecimento ao multiculturalismo e à diversidade cultural sejam efetivamente superados como barreiras de exclusão escolar. (CARVALHO; ALVIM FILHO; COSTA, 2008, p. 13-14).

Carvalho, Alvim Filho e Costa (2008) citam que a concepção atribuída aos CPVCs de meros espaços pedagógicos deve ser superada, uma vez que os mesmos constituem-se como um dos mais expressivos movimentos sociais urbanos, que vêm ganhando crescente presença junto à sociedade política brasileira. No ano de 1988, a Campanha da Fraternidade, discutiu a questão educacional da juventude negra, o que foi efetivado em 1993, com ações dos Frades Franciscanos, resultando nos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNCs). Antes de 1994, na Bahia, o Grupo Stive Biko inaugurou a experiência de um pré-vestibular para negros. Posteriormente, em 1996, consolida-se na Universidade de São Paulo (USP) o Núcleo de Consciência Negra.

Desde esses primórdios, “os embriões dos CPVCs afirmam-se crescentemente como um movimento social de cidadania ativa, inclusão social e resgate de uma dívida que o Brasil tem, historicamente, com a sua população afrodescendente” (CARVALHO, ALVIM FILHO E COSTA, 2008, p. 24). Procura-se nivelar as oportunidades do estudante de menor renda com as daquele formado em uma escola média de melhor nível, e que pode pagar um cursinho comercial (BACCETTO, 2003).

Os CPVCs, geralmente, são organizados em comunidades pobres, igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e também em escolas de classe média socialmente engajadas, apresentam a especificidade de sujeitos coletivos em busca de auto sustentabilidade nos campos social, político, cultural e escolar. No ano de 2004, os CPVCs alcançaram uma vitória macropolítica com a aprovação do Programa Universidade para Todos (POUNI) pelo Congresso Nacional – e um desafiante processo técnico-pedagógico, ao ser instituído o Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM) no mecanismo de seleção vestibular. Em 2005 tem mais uma conquista com as 112.000 vagas de cotas reservadas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, financiadas pelo governo federal.

Os professores (ou monitores) e coordenadores destes cursos, costumeiramente, tem forte engajamento político-social, o que nem sempre denota uma preparação técnica à altura. São docentes voluntários, majoritariamente graduandos ainda em processo de formação em “cursos de licenciatura e bacharelado, com variadas faixas etárias e diversos períodos de engajamento nos CPVCs, e que comungam um compromisso social e comunitário”. (CARVALHO, ALVIM FILHO E COSTA, 2008, p. 28). São docentes leigos, com pouca disponibilidade de tempo, não tendo os recursos técnicos adequados de material didático e sem uma infraestrutura em termos de recursos físicos.

Como mostrado por Mitrulis e Penin (2006) e Bacchetto (2003), os PVC's, além de funcionar como forma de empoderamento e fortalecimento de identidade daqueles que os constituem, são uma das formas de se pressionar as autoridades governamentais para serem executadas políticas públicas de ações afirmativas para o acesso e permanência de grupos menos favorecidos ao Ensino Superior público. Isso mostra que, apesar da precariedade, os PVC's podem se constituir em iniciativas de politização do debate sobre o acesso à educação superior no Brasil. Cabe então questionar se esses estariam expressando essas iniciativas, se tais se constituem, além do atendimento à uma demanda imediata, em um espaço de articulação para a defesa das demandas desses jovens, quanto esses cursos colaboram para uma mudança de pensamento na constituição das motivações e expectativas de seu público, e até que ponto os processos educativos dessas iniciativas influenciariam em um contexto mais global.

O Curso Pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT) em Aracatu-BA

Neste contexto, cabe mencionar o curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT), criado pelo governo do Estado da Bahia através do Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004, coordenado pela Secretaria da Educação e executado em parceria com as Universidades Estaduais. São elas: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz

(UESC) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Trata-se de uma ação voltada para fortalecer a política de acesso à Educação Superior, direcionada a estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede pública estadual.

Segundo o site da Secretaria de Educação da Bahia, em 2014, foram disponibilizadas 21.785 vagas em 178 localidades do Estado da Bahia. As inscrições foram realizadas no Portal da Educação (www.sec.ba.gov.br). O curso é presencial, com carga horária de 25 horas semanais e aulas das disciplinas Português, Redação, Matemática, Física, Química, Biologia, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), História e Geografia, tendo como objetivo consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos pelos alunos, preparando-os para os processos seletivos de ingresso ao Ensino Superior.

Além das aulas regulares, são realizados projetos complementares como seminários, oficinas, simulados e orientação vocacional. O Projeto oferece também material didático, fardamento e isenção da taxa de inscrição em processo seletivo das universidades estaduais aos alunos que apresentarem frequência igual ou superior a 75% das aulas ministradas. Vale ressaltar que em Aracatu, o curso UPT é constituído por duas turmas, com cinquenta alunos em cada uma.

Embora a modalidade seletiva seja igual para todos os concorrentes, há diferenças no tocante ao nível de instrução e preparo dos estudantes, como há diferenças de grau de dificuldade, de instituição para instituição. Segundo Pinho (2001, p. 354):

O concurso de Ingresso é unificado, pois as provas são as mesmas para todos, mas, ao mesmo tempo, a competição se faz no âmbito restrito de cada carreira, previamente escolhida pelo candidato. O grau de dificuldade da competição depende muito mais, do número e do nível de preparo dos candidatos que se apresentam em cada uma das numerosas carreiras oferecidas.

Visando a ofertar mais vagas no Ensino Superior, o governo federal cria programas que dão oportunidade dos estudantes cursarem um nível superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e os cursos pré-vestibulares. O PROUNI foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa concede bolsas de estudo integral ou parcial, em instituições privadas de Ensino Superior, para estudantes que não sejam portadores de diploma do mesmo nível, oriundos de escola pública, e com renda familiar de até um salário mínimo. Necessário se faz também que os estudantes façam a prova do Exame

Nacional do Ensino Médio, que é o processo seletivo do PROUNI e, obtenha nota mínima exigida para cada curso.

Já o SISU é mais recente e por meio dele, os estudantes são beneficiados com uma vaga em alguma universidade pública, mediante critérios semelhantes aos do PROUNI, com exceção de que pode ser beneficiado quem já possuir nível superior. O FIES, que é um fundo de financiamento ao estudante do Ensino Superior, financia os estudos em cursos técnicos, superiores, de mestrado e doutorado, com pagamento a ser iniciado somente após a conclusão do curso. Evidente que, em todos estes programas, os estudantes devem apresentar desempenho mínimo estabelecido por diretrizes.

Resultados das entrevistas com os ex-alunos do curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT), em Aracatu-BA

Vale ressaltar que o estudo aqui apresentado foi desenvolvido pautado no Conselho Nacional de Ética em Pesquisa. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que todos os envolvidos com a pesquisa estejam cientes do sério trabalho desenvolvido, de acordo com os princípios éticos da profissão para que nenhum seja prejudicado e tenha a integridade mantida tanto de quem pesquisa como também daquilo ou de quem é pesquisado.

Foram, então, realizadas 25 entrevistas, contendo 11 (onze) questões, com ex-alunos do curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT), nos anos de 2013 e 2014. Destes, houve a seleção de 10 (dez) entrevistados, entre os quais 5 (cinco) são do sexo masculino e 5 (cinco) do sexo feminino, com idades variáveis entre os 17 e 32 anos. A maioria, isto é, 7 (sete) reside na zona urbana, no bairro centro e nos bairros periféricos e os demais, 3 (três), na zona rural.

Todos os entrevistados estudaram os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, são oriundos de famílias de classe social baixa ou média, cujos pais são trabalhadores urbanos, prestam serviços para a prefeitura, como professores, serviços gerais. Outros pais atuam no comércio local, como balconistas, vendedores, serviços gerais, ou pedreiros, serventes de pedreiros, faxineiras. No caso dos pais de filhos da zona rural, como é de praxe, trabalham como lavradores. Alguns recebem um salário mínimo, outros recebem valores inferiores a isso e há aqueles que têm a maior parte da renda advinda de programas sociais, do governo federal, como o Bolsa Família.

Das 11 (onze) questões postas, houve a seleção de 5 (cinco) para melhor explicar a proposta deste trabalho. A primeira questão refere-se à primeira e segunda opções de curso desejado (s) a fim de realizar vestibular e as respostas mais comuns, são observadas na tabela a seguir.

Tabela 1: Escolha dos cursos para realizar o vestibular

Curso	Quantidade de respostas	Percentual %
Enfermagem	4	20%
Direito	3	15%
Educação Física	3	15%
Psicologia	2	10%
História	2	10%
Ciências Biológicas	2	10%
Medicina	1	5%
Administração	1	5%
Técnico em Edificações	1	5%
Letras	1	5%

Diante da tabela 1, é possível determinar as seguintes categorias: a) cursos de licenciaturas, isto é, Educação Física, História, Ciências Biológicas e Letras, atingem 40% da preferência do público entrevistado; b) no tocante aos cursos na área da saúde: Medicina e Enfermagem somam 25% das opções; c) O curso de Direito, que costuma, ser muito bem ranqueado, apresentou apenas 15% das escolhas; d) Já Psicologia pontuou 10%, da preferência; e) Administração teve 5% da preferência; f) E o curso Técnico em Edificações alcançou a mesma pontuação do curso anterior, isto é, 5%.

A segunda questão escolhida para análise diz respeito aos motivos que levaram à escolha de determinado(s) curso(s). A prerrogativa da distância geográfica foi descrita pela maioria dos entrevistados, ou seja, 6 (seis). Pois, segundo eles, seria mais fácil e viável escolher um curso que existisse em uma universidade ou faculdade mais próxima da residência, haja vista que nem eles e nem os pais teriam condições financeiras para pagar os gastos em cidades distantes ou em outros estados. Foi ressaltada também, em algumas respostas, a afinidade vocacional pelo curso.

No tocante ao terceiro quesito, isto é, qual a avaliação do curso UPT e se superou as expectativas, as repostas são variadas, a saber: - “avalio como boas, embora precisam ser melhoradas”; - “avalio como bom curso, pois me auxiliou bastante nos vestibulares realizados”; - “ótimo curso, excelente com certeza. Supriu as expectativas de ensino e aprendizagem. O grau de aprendizado foi ótimo, uma vez que fiquei nove anos sem estudar e aprendi bastante coisas com o cursinho, vou sentir saudades”.

Algumas ponderações críticas podem ser destacadas como: - “poderia melhorar alguns professores do curso”; - “sobre as aulas não tenho muito que dizer, só que em algumas disciplinas o professor demorava no mesmo assunto. Não superou as expectativas completamente, talvez por não sentir gosto de algumas aulas dadas. E não tive muito interesse”.

A quarta questão é objetiva e pretende saber se os estudantes consideram o curso excelente, bom, regular, ruim ou péssimo. Então, as respostas foram as seguintes: 4 (quatro) estudantes assinalaram como excelente, 5 (cinco) marcaram a opção bom e 1 (um) marcou como regular.

Posteriormente, os estudantes foram indagados, no quesito 5 (cinco), sobre os aspectos relevantes tanto no viés positivo, como no negativo. Assim, destaca: - “é preciso uma estratégia para cativar os alunos a não desistirem do curso”; - “os módulos chegaram atrasados e isso foi ruim; - “o curso foi muito bom. Tive uma frequência razoável, por motivos de transporte que apresentava defeito”; - “Só acho que o curso deveria começar mais cedo e a coordenação tomar providências com os alunos que perturbam as aulas”.

Considerações finais

A trajetória da política pública dos cursos pré-vestibulares populares e comunitários implica toda uma discussão do percurso escolar dos estudantes das classes sociais menos favorecidas. Conforme já há muito tempo explicitado por Bourdieu (1985), cada um dará a importância e fará o investimento que considera viável, de acordo sua experiência e sua expectativa ora de ascensão social, ora de manutenção do *status quo*, ora de empregabilidade.

Neste contexto, tais cursos contribuem muito para alavancar a autoestima, os níveis de conhecimento dos estudantes, com vistas a ingressar ao Ensino Superior, como foi observado nas entrevistas. Claro que não basta que o estudante esteja em um curso preparatório gratuito para o

vestibular, como é o caso, em evidência, do Universidade para Todos, implementado em Aracatu-BA, em 2012, mas também que este seja conduzido por profissionais capacitados em suas respectivas áreas de atuação.

Evidencia-se que o empenho dos profissionais, sob o prisma de acreditar que o aluno é capaz, promover sua autoestima e trabalhar os conteúdos, resoluções de questões de vestibular e simulado, à altura das exigências de um processo seletivo. Pois os cursos não devem existir apenas como paliativos sociais, mas como fortes e consolidadas políticas públicas que assegurem (ou almejem) as mesmas condições que os cursos da iniciativa privada sempre garantiram.

O Brasil precisa avançar muito no que diz respeito às condições de poder dar conta de oferecer a preparação eficiente para a educação em nível superior para um contingente maior de sua população. Assim torna-se imprescindível, também a ampliação do número de instituições, de forma estruturada e mediante as condições sociais e econômicas de cada público atingido, pois os problemas relacionados à seleção no nível superior e a permanência no mesmo, advém primeiramente, não só do ambiente universitário, mas sim dos mecanismos sociais, que, historicamente, são excludentes, frutos de uma sociedade historicamente hierárquica e profundamente desigual. Desta forma, “a esperança de inclusão dos enormes contingentes que buscarão educação superior nos próximos anos [...] passa pelas políticas de fortalecimento do setor público.” (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 9).

Com isso, acredita-se que é possível que os estudantes de classe social menos favorecida, pelo menor acesso aos bens culturais, pelo menor acúmulo de capital econômico, quebrem o paradigma posto, do fracasso escolar a acadêmico. E assim alcancem os objetivos que tanto vislumbram.

Referências

BACCHETTO, J. G. Cursinhos pré-vestibulares alternativos no Município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior. São Paulo, 2003. Tese (dout.) Feusp.

BAHIA. Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004. Aprova o novo Regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Salvador, BA, 24 de jul. 2004. Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/uptysys/arquivos/decreto_9149_de_23_de_julho_de_2004_faz_universitario_e_upt.pdf>. Acesso em: 10 marc. 2015.

BAHIA. Pré-Vestibular Universidade Para Todos (UPT). Disponível em <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/universidadeparatodos/>>. Acessado em 10 nov. 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 de abr. 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Dispon[ível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 30 abr.2017.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Pierre Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a03v36n1.pdf>. Acesso em 08 nov.2013.

CARVALHO, José Carmelo Braz de; ALVIM FILHO, Hélcio; COSTA, Renato Pontes. **Cursos pré-vestibulares comunitários**: espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008.

CARVALHO, José Carmelo Braz de. Os cursos pré-vestibulares comunitários como espaços de mediações pedagógicas: um diagnóstico estatístico. In: CARVALHO, José Carmelo Braz de; ALVIM FILHO, Hélcio; COSTA, Renato Pontes. **Cursos pré-vestibulares comunitários**: espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008.

COSTA, Ana Sheila Fernandes; AKKARI, Abdeljalil; SILVA, Rossana Valéria Souza. Educação básica no Brasil: políticas públicas e qualidade. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v.7, n. 11, jun./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/666>.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Políticas públicas e reforma da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v.15, n. 3, p. 91-115, 2004.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani; FIALHO, Nadia Hage. Universidade e região. *Práxis Educacional*, v. 1, n. 1, p. 171-189, 2020. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/487>.

MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. **Pré- vestibulares alternativos:** da igualdade à equidade. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n 128, p.269-298, maio/ ago.2006.

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins Nogueira. **Bourdieu e a Educação**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior:** democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2004. (Série Documental: Textos para Discussão, 12).

PAIM, Antonio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHARTZMAN, Simon (org) e outros. **Universidades e instituições científicas no Brasil**. Brasília: CNPq, 1982.

PINHO, Alceu G. de. Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas. *Estudos Avançados*. 15(42), p.353-362, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142001000200019> Acesso em 06 jun.2013.

SANTOS, Janete dos. **Política pública de acesso ao ensino superior:** um olhar sobre a utilização do EBEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em:
<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308337559_ARQUIVO_Artigoconlab1.pdf. Acesso em 05 jun.2013.

TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira**. 4 ed. São Paulo: IBRASA, 1991.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. Curitiba: **Diálogo Educativo**, 2013. Disponível em:
<<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=7629&dd99=view>>. Acesso em 20 nov.2013.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.